

## CONFLITO DE ESCALAS: A ARTIMANHA DE TRANSFORMAR MUNICÍPIOS EM TERRITÓRIOS

Anderson Antônio da Silva<sup>1</sup>  
Flávio Alberto Oliva<sup>2</sup>  
Oriowaldo Queda<sup>3</sup>  
Maria Lúcia Ribeiro<sup>4</sup>

**Resumo:** Analisamos neste artigo a artimanha de transformar municípios em territórios, a partir dos desdobramentos produzidos entre a articulação das escalas local e territorial, com a criação do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), considerada a principal política pública brasileira de cunho territorial, criada para o campo brasileiro, durante os dois mandatos do governo Lula (2003-2010) e primeiro mandato do governo Dilma (2011-2014). No desenvolvimento desta análise adotamos algumas categorias como: espaço, território, dimensão e multidimensionalidade. Neste sentido, analisamos o papel dos Colegiados Territoriais, nova forma de institucionalidade criada a partir do ano de 2003, como instância gestora representativa de caráter regional, com objetivo de garantir a participação paritária entre sociedade civil e poder público, destas políticas públicas, e cuja finalidade foi descentralizar a gestão dos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), modalidade Infraestrutura, popularmente conhecido como Proinf, até então geridos exclusivamente pela administração municipal, via Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), e que em boa parte dos casos, limitava a participação e capacidade de influência dos representantes da sociedade civil nestes conselhos. Efetivamente a transformação do Pronaf infraestrutura em suporte do Pronat, associada à criação dos Colegiados Territoriais, leva a substituição dos CMDRS por estruturas de representação de caráter regional, provocando um conflito de escalas, e ao mesmo tempo, um distanciamento entre os Colegiados territoriais dos conselhos municipais (leia-se ausência da participação dos prefeitos, bem como de outras instâncias de representação municipal a ele vinculada), fazendo emergir um primeiro obstáculo para o fortalecimento de processos de gestão democrática e ações voltadas para o desenvolvimento local. A mediação da instância federal via Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) na gestão do local, tem como objetivo atrair para o debate da construção das suas políticas públicas (produtores assentados e proprietários, ribeirinhos, quilombolas e pescadores) enfim, um público que nem sempre era privilegiado no contexto dos CMDRS. A criação dos Colegiados Territoriais substitui a visão municipalizada do desenvolvimento, ao passo que pressupõe a criação de consensos entre o conjunto dos municípios que compõem o território. Ou seja, além de reunir entidades de bases sociais distintas, os Colegiados Territoriais também reúnem prefeitos situados em arenas partidárias opostas, de forma que os tradicionais conflitos inerentes ao processo de desenvolvimento sejam acentuados, com essa composição plenária, produzindo o esvaziamento deste novo espaço de discussão.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Territorial, Espaço, Território, Dimensão, Multidimensionalidade.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Desenvolvimento Territorial e Meio ambiente - UNIARA, Docente da FATEC de Presidente Prudente, Coordenador do NEDET - Pontal do Paranapanema (Encomenda CNPq/COSAE-MDA 2013 - Processo 408501/2013-8.

<sup>2</sup> Doutorando em Desenvolvimento Territorial e Meio ambiente - UNIARA, Docente da Fatec de Presidente Prudente.

<sup>3</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Territorial da UNIARA.

<sup>4</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Territorial da UNIARA.